



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  

---

PRESIDÊNCIA  

---

DA REPÚBLICA

## **2 — A REVOLUÇÃO E AS REFORMAS**

RIO DE JANEIRO, 15 DE JULHO DE 1964

PELO RADIO E TV, DANDO UM BALANÇO  
DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE ATIVIDADES DO  
GOVERNO REVOLUCIONARIO.

Os ministros de Estado já deram pormenorizadas explicações e informações sobre os programas adotados e os objetivos e execução de medidas, além de haverem traçado o quadro em que se desenvolve a ação governamental.

Cabe-me, apenas, encerrar a exposição feita pelo Ministério e chamar a atenção para os assuntos que mais sobrelevam no quadro traçado e nos objetivos do Governo.

A herança que coube ao Governo atual é uma estrutura econômica, financeira e social desmantelada. A desorganização administrativa estava aliada aos objetivos subversivos.

Encontramos o País na orgia inflacionária. Esta, nos anos de 1962 e 1963, atingiu, respectivamente, as taxas anuais de aceleração de 51,7% e 80,6%. No primeiro trimestre de 1964, a taxa foi de 25%. Se não fôsse contida, teríamos, ao fim de 1964, a taxa de 144%. Isso representaria o completo desestímulo a qualquer empreendimento econômico sério, o convite à especulação desenfreada e à desordem total no mercado dos preços. Seria o caos, e, provavelmente, a vez dos «Salvadores da Pátria» com o totalitarismo.

Há ainda outras partes da herança. O decréscimo da produção, cujo índice de 7,7 em 1961, caiu para 5,5 em 1962 e 2,1 em 1963, revela a tendência declinante da produção nacional.

No campo internacional, o descrédito chegou ao auge, traduzido:

— na ameaça de moratória unilateral propalada pelo Governo passado, em fins de 1963 e começo de 1964;

— na acumulação de atrasados comerciais correspondentes a importações, inclusive de petróleo;

— no atraso de pagamento de compromissos vencidos;

— na queda e estacionamento quer no ingresso de capitais de Risco, quer no de capitais de empréstimos.

O reflexo dessa situação de completa desordem econômico-financeira e de descrédito internacional encontrava-se também na subida vertiginosa do custo de vida.

Era, na vida nacional, o desassossêgo, a instabilidade social e a desordem política.

Uma herança de tamanhas proporções de descalabro exige do Govêrno atual tarefas difíceis, penosas em sua execução e de lentos resultados positivos. O sofrimento que o povo hoje padece é, no entanto, já menor do que há bem pouco experimentava. Cumpre ao meu Govêrno frear a inflação. É o melhor caminho para se conter a alta desordenada do custo de vida e de valorização do salário real.

É uma política que provoca descontentamento e que exige sacrifícios de todos. Impopulariza mesmo o Govêrno.

Mas é preciso perseverar fortemente, sem dúvida, em benefício do soerguimento do Brasil.

A firmeza das medidas está, também, na procura do equilíbrio orçamentário, acompanhado, necessariamente, do estímulo às exportações, da ativação de obras e construções, estas decorrentes do Plano Habitacional, e da expansão seletiva do crédito.

Primeiramente medidas que promovam uma progressiva regularização do abastecimento. O Govêrno procura descentralizar para melhor resolução dos problemas imediatos em cada Estado. O próprio princípio da Federação nos conduz a adotarmos tal providência. Os Estados da Guanabara e de São Paulo, numa alta e objetiva compreensão de uma política de abastecimento racional e do que pode caber a cada unidade federativa, já se dispõem a operar em consequência. A SUNAB, além de atuar supletivamente em alguns Estados e de ainda se responsabilizar totalmente

em outros, tratará das questões não imediatas de abastecimento, inclusive em conexão com os Ministérios da Agricultura, do Planejamento e Indústria e Comércio.

Por outro lado, desejo recordar que o Governo não pretende pagar pela sua política anti-inflacionária o preço da parada do desenvolvimento econômico do País. Muito ao contrário, o seu ritmo está sendo incrementado:

- pela restauração da confiança empresarial;
- pela restauração do ingresso do capital estrangeiro;
- pela volta aos entendimentos, à base da seriedade, com os organismos internacionais de financiamento, inclusive a Aliança Para o Progresso.

Há comentários em torno de sua oportunidade e sobre a necessidade de sua atual cogitação.

As reformas se impõem ao nosso Governo por muitos motivos, salientando-se, entre eles, os seguintes:

1º) Estão, desde 1945, nos debates da Nação. Não há, pois, razões para arredá-las, neste momento de renovação nacional.

2º) Muitos e muitos dos que impulsionaram a Revolução disseram que o nosso objetivo deveria ser também o de reformas. Essa bandeira foi, então, por mim empunhada em meu discurso de posse e em outros pronunciamentos presidenciais.

3º) O Ato Institucional criou imperativamente um poder constituinte, a ser exercido pelos poderes Legislativo e Executivo, com normas e prazos excepcionais.

Isso é, pois, da própria essência da institucionalização dos ideais revolucionários. Então, por que o Governo não cumprir o mandato da essencialidade da Revolução? Vejamos o que prescreve o Ato Institucional: Em seu preâmbulo afirma que «a Revolução vitoriosa se investe no exercício do Poder Constituinte»; o artigo terceiro regula os projetos de emenda constitucional; o quarto estipula as condições do envio ao Congresso Nacional de projetos de lei sobre qualquer matéria. Tais modificações transi-

tórias da Constituição Federal foram instituídas para quê? Não podemos fugir à evidência e ao imperativo do Ato Institucional.

4º) Os prazos prescritos para a tramitação dos projetos de emenda constitucional e de lei terminam a 31 de janeiro de 1966 e, como tal, não há tempo a perder.

5º) O encaminhamento dos projetos e sua apreciação pelo Congresso Nacional não estão, absolutamente, tumultuando a Nação, pois a Câmara e o Senado examinam os assuntos em plena ordem interna e externa, longe de pressões e rodeados de respeito.

6º) No interior do Governo, a elaboração também não está tumultuada, tendo-se em vista que os projetos são preparados em setores diferentes do Ministério.

7º) Acresce a circunstância de que emendas à Constituição exigem a conseqüente elaboração de leis, tudo, sem dúvida, dentro do prazo estipulado.

8º) Finalmente, sob o aspecto estritamente político, se o Governo da Revolução empreender agora as reformas, que aliás não são apanágio de um só grupo, estará realizando o que a democracia brasileira necessita e evitará que a demagogia e a subversão retomem, como de sua exclusividade, a bandeira reformista. Não há, portanto, razões para o Governo paralisar-se ou retroceder em sua ação de participante num Poder Constituinte que lhe impôs a Revolução.

É oportuno assinalarmos, nos diferentes setores do País o que existe como adverso, ou melhor, como problemas que desafiam, de maneira imediata, o Governo.

Não se sente, por parte do povo, um agressivo mal-estar, e, sim, uma paciência que ainda não se esgotou, uma paciência sofrida. Ao lado dela, uma espécie de inconformismo dos menos atingidos pelas medidas rigorosas de contenção. Procuramos e procuraremos corrigir, em tempo, as que sejam inexecutáveis ou de resultados negativos.

A realidade na frente da «Batalha do Governo» assim se caracteriza:

1. Graves dificuldades de abastecimento.
2. Aparecimento de casos locais e isolados de desemprego.
3. Falta de salas de aula para alfabetização.
4. Insuficiência de leitos hospitalares.
5. Transportes precários, no cotidiano das populações, e na triste situação dos meios ferroviários e marítimos.
6. O grito pela punição dos corruptos e pelos corretivos da corrupção administrativa.

São problemas que indeclinavelmente pertencem ao Governo.

Ainda se devem assinalar os quatro setores mais atingidos pelos empreiteiros da subversão: os proprietários rurais, os trabalhadores, os estudantes e os militares.

O Governo vê o restabelecimento integral das condições normais de seus direitos e deveres nos quadros da democracia.

Os proprietários são participantes da justiça social e do desenvolvimento da agricultura. Os trabalhadores, além de serem fiadores do rendimento do trabalho, precisam contar com a garantia de direitos, inclusive de autêntica vida associativa. Os estudantes, ao lado das primordiais obrigações escolares, merecem a oportunidade e o estímulo para se lançarem na vida nacional. E os militares não só devem estar obrigados à coesão disciplinar e à eficiência profissional, como também são considerados meios democráticos da mais alta segurança nacional.

Podemos concluir. O que é mais dominante hoje na vida do Brasil é que o Governo é mandatário de idéias e objetivos revolucionários e que tem nitidamente uma missão. E esta é a restauração da democracia brasileira. Não somente do povo, pelo povo e para o povo. Mas também a da prática de uma concepção de vida, em que se encontre o respeito à dignidade do homem

e à justiça social, à prosperidade e ao bem-estar geral, à ordem e à paz no Brasil.

E renovamos a declaração de que o Governo continuará entregue ao cumprimento desta missão. E, para isso, espera contar sempre com a ajuda de todos os brasileiros.